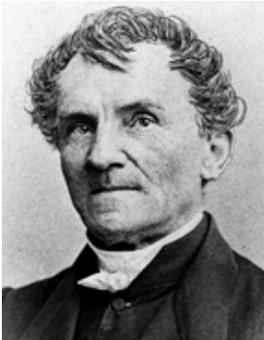


DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



SCHAEFER, Henrich (Hessen 1794 - Giessen, 1869)

Henrich Schaefer, um dos mais importantes lusitanistas a escreverem sobre a história de Portugal no século XIX, nasceu em Schlitz (Hessen, Alemanha) a 25 de Abril de 1794 e morreu em Giessen em 2 de Julho de 1869, aos setenta e cinco anos de idade. Formado em Teologia, ocupou as funções de secretário da biblioteca da corte em Darmstadt (1821), de professor (1833) e reitor (1848-49 e 1864) da Universidade de Giessen, cidade renana a norte de Frankfurt, então situada no principado de Nassau. Foi sócio do Instituto de Coimbra, segundo dados de 1852 (*Revista Universal Lisbonense*, 1852, p. 491). Na mesma época foi-lhe atribuída a comenda da ordem de Cristo, por intervenção do visconde da Carreira, ex-representante diplomático de Portugal em Paris e figura próxima do rei D. Fernando II. Não existe registo de que Schaefer tenha sido sócio da Academia das Ciências de Lisboa.

Nas palavras de Oliveira Marques, Heinrich Schaefer «era filho de um professor primário e cantor local. Estudou com seu pai e, mais tarde, ingressou no ensino secundário na cidade próxima de Hersfeld, destinando-se originariamente, quer à carreira administrativa quer à da música» («Henrich Schäefer e a sua História de Portugal», *Portugal-Alemanha-África...* 1996, p. 63). Nas décadas de 1820 e de 1830 terá aprendido castelhano, catalão e português, numa época em que se dedicou a escrever artigos sobre Espanha e Portugal. Não se lhe conhecem motivações pessoais ou laços afectivos significativos com Portugal. Pode afirmar-se que a sua *Geschichte von Portugal* nasceu de um momento cultural e editorial alemão de renovação e inovação intelectuais.

De uma forma geral, o espaço germânico, tal como a restante Europa dos anos de 1789 a 1848, conheceu diversas soluções políticas e sangrentas guerras e revoluções, a par de um esforço colectivo de esclarecimento cultural e de estudo da história e da identidade nacionais e europeias. Figuras cimeiras da cultura e da política do século XIX, como Goethe e alguns dos seus discípulos (casos dos irmãos von Humboldt e Schlegel), assim como Meternich e os historiadores Niebuhr e Ranke, destacaram-se pelo seu empenho e labor em arquitectar soluções institucionais e colecções documentais que servissem uma determinada concepção de bem público e as suas respectivas causas sociais e políticas ligadas à construção do estado-nação. De notar que a preocupação em delimitar estes repositórios documentais, com o conseqüente aprofundamento do aparato crítico da história, não estava desligada de uma função política



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

e ideológica que a cultura europeia da época lhe atribuía. A história era entendida como elemento decisivo para a definição das culturas nacionais e respectivas disputas de afirmação e hegemonia. Era um ponto que unia as diferentes sensibilidades políticas.

Não só a geografia, a linguística e a história dos povos e dos estados conheceram então um incremento e um desenvolvimento notáveis, como a literatura, o direito e as instituições foram objecto de uma aturada análise documental e de ambiciosas teorizações, tanto a nível de cada colectividade humana, como das suas relações e enriquecimentos mútuos. Como é lógico, a história dos principais impérios, europeus e ultramarinos, foi objecto de curiosidade por parte de eruditos e de um público ávido de novos conhecimentos e de leituras sistematizadas e fundamentadas. O passado e presente dos povos e estruturas políticas da Alemanha, Sublime Porta, Santa Sé, França, Inglaterra, Itália, Espanha, Portugal e Brasil foram encarados com novas metodologias e ferramentas intelectuais, criadas pela escola histórica alemã e pelas historiografias francesa e inglesa. Foi o caso das obras de Ranke, nas décadas de 1820 a 1840 e de um complexo projecto historiográfico, sob a direcção editorial de Arnold Heeren e de Friedrich August Ukert, iniciado em 1829 e apenas terminado em 1902. Tratou-se de uma história geral de todos os Estados europeus, a qual acabou por conter 125 volumes. Henrich Schaefer encarregar-se-ia dos tomos dedicados a Espanha e a Portugal (no primeiro caso, continuando o trabalho iniciado por Friedrich Wilhelm Lembke).

No que dizia respeito à realidade portuguesa, vários factores suscitaram a curiosidade intelectual, académica e editorial de diversos públicos europeus (sobretudo, o francês, o germânico e o inglês). Disso são exemplo os trabalhos de Ferdinand Denis em França, e de Schaefer na Alemanha, as figuras mais significativas da historiografia estrangeira sobre Portugal da primeira metade do século XIX (Sérgio Campos Matos, *Historiografia e Memória Nacional...*, 1998, p. 51). Com a diferença de que Schaefer pode ser encarado como um historiador multifacetado nas suas visões e análises das instituições, diplomacia e acontecimentos políticos e militares portugueses; e que Denis foi, sobretudo, um erudito e editor de fontes inéditas, de manuscritos literários, históricos, poéticos e dramáticos portugueses, brasileiros e espanhóis, assim como um divulgador e um historiador da cultura portuguesa.

O próprio Schaefer queixar-se-á, na sua *Geschichte von Portugal*, da escassez de fontes e histórias de Portugal publicadas em língua alemã. Lamenta, no prefácio ao segundo volume da obra (1839), a ausência de histórias críticas de Portugal, em línguas de fácil acesso: «O autor não gozava da vantagem que possuem os historiadores dos outros Estados europeus, cuja história já por várias vezes fora narrada em alemão ou num idioma conhecido» (*História de Portugal desde a fundação da monarquia...*, vol. V, 1899, p. 454). E fala mesmo no «estado lastimoso em que se encontra a literatura histórica portuguesa na Alemanha» (e quiçá também em outros países?). Já no prefácio do primeiro volume (1835) confessara a dificuldade sentida em «conjuguar os estudos históricos, inevitáveis em propósito tal, com a historiografia destinada à maior classe dos alunos a cargo da educação pública» (Idem, p. 453). Ou seja, em acumular as funções de professor universitário e de historiador.

Sabemos, por outro lado, que nas décadas de 1820 e de 1830, várias obras publicadas em alemão se



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

debruçaram sobre a chamada «questão portuguesa», isto é, a sucessão de D. João VI e das *verdadeiras* instituições nacionais. Disso são exemplo a obra de Ernest Münch, *Geschichte der Repraesentatiftsystems in Portugal*, Lipsia, 1827; a *Einige Notizen über die Form und das Wesen der Portugiesischen Cortes nach den von Visconde de Santaren II. Gesammelten Authentischen Nachrichten*, Berlim e Stettin, 1829; e o *Manifesto de sua Majestade Fidelíssima El-Rei Nosso Senhor Dom Miguel I...*, publicado anonimamente na *Gazeta de Berlim* de 10 de Maio de 1832. Quanto a fontes históricas, em 1827 foi impressa, também em Berlim e Stettin, uma obra de João Álvares, *Crónica do santo e virtuoso infante D. Fernando*.

No decorrer da década de 1830, a vida académica e historiográfica portuguesa encontra-se em plena evolução e revolução – tal como, aliás, a própria sociedade política nacional. Se eruditos e historiadores de renome, muitos deles ligados à Academia das Ciências de Lisboa, sentiram a necessidade de emigrar para França e Itália (como sucedeu com o visconde de Santarém, D. Francisco Alexandre Lobo e Frei Fortunato de São Boaventura), após a vitória liberal, a literatura, a arte e a divulgação histórica ganham novo fôlego, sob os auspícios do rei-consorte, o germânico D. Fernando II, protector de jovens promessas como Alexandre Herculano e Francisco Adolfo de Varnhagen. Os quais, note-se, se destacam em novas formas de difusão cultural ligadas aos interesses e gostos de uma emergente classe média, como foram *O Panorama* e a *Revista Universal Lisbonense*. Comum a todas aquelas figuras é a necessidade de reaproximar a historiografia nacional do público, da comunidade académica e dos critérios de exigência europeus, tanto na divulgação junto de um público médio, como na elaboração de um sólido discurso científico.

É neste contexto que se destaca o esforço original e metódico de Schaefer, o carácter científico e inovador da sua análise e a consistência das ideias e conceitos empregues na sua *Geschichte von Portugal*. A obra foi publicada, em Hamburgo e Gotha, em dois momentos diferentes: dois volumes em 1836 e 1839; os restantes três em 1850, 1852 e 1854. O historiador alemão teve a ambição de abordar quase toda a história da monarquia portuguesa, recuando mesmo à época do condado portugalense e abarcando toda a sequência histórica, dos séculos XI a XIX (1095-1820). A edição alemã ficou organizada do seguinte modo: 1º volume, 1095-1383; 2º, 1383-1495; 3º, 1495-1580; 4º, 1580-1667 (com mais de metade do volume reproduzindo informação relativa à Índia portuguesa, de 1521 a 1580); 5º e último, 1667-1820. Quando publica o primeiro volume, em 1836, Schaefer tem cerca de 42 anos. Antes, outras histórias e resumos históricos sobre Portugal foram escritos por estrangeiros, mas sem resultados comparáveis. Nesse momento, o jovem Herculano, segundo bibliotecário da Biblioteca Pública do Porto, tem vinte e seis anos e está longe de almejar escrever a *História de Portugal* cuja publicação iniciará em 1846.

É indubitável que a *História de Portugal* de Schaefer, abrangendo um período muito longo da monarquia portuguesa – de 1095 a 1820 – constituiu um instrumento valiosíssimo de conhecimento da história nacional, ainda para mais originalmente enquadrado numa colecção de histórias dos estados europeus, produzida em solo alemão e com o rigor científico e metodológico que isso implicava, na época em que foi publicada (1836-1854). Estava, definitivamente, ultrapassada a «simples narração retórica dos sucessos».



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Para trás ficavam outros projectos de menor envergadura, de autores estrangeiros, como Rabbe, Fortia e Mielle e o próprio Ferdinand Denis. As obras de Schaefer e de Denis exerceram, de resto, enorme fascínio sobre as elites culturais portuguesas das décadas de 1820 a 1850, a ponto de serem «as mais citadas na historiografia portuguesa de divulgação» da época (Sérgio Campos Matos, *Op. cit.*, pp. 67 e 79). Certo é que, na folha oficial portuguesa, Schaefer era qualificado, em Maio de 1845, como o «autor da melhor história de Portugal que tem aparecido até hoje» (*Diário do Governo* nº 123, p. 566) – um ano antes da edição, em Paris, do *Portugal* de Ferdinand Denis.

Mesmo a partir da edição original da *Geschichte von Portugal*, o impacto sobre dois destacados historiadores nacionais, Coelho da Rocha e Alexandre Herculano, terá sido significativo. Publicando ambos, respectivamente, em 1841 e em 1842, duas das suas obras de referência, foram influenciados pelo exemplo de Schaefer na busca de uma historiografia científica e crítica, segundo as palavras de Jorge Borges de Macedo (*Da História ao Documento...*, Lisboa, 1995, pp. XXIV-XXV). No caso do *Ensaio sobre a história do governo e da legislação de Portugal...*, a obra mais importante de Coelho da Rocha, as três primeiras edições, datadas de 1841 a 1851 (esta póstuma), não citam directamente Schaefer. A situação é diferente com Alexandre Herculano, que cita e elogia com frequência o autor alemão. Aliás, já vários especialistas da obra de Herculano têm destacado o paralelismo entre a historiografia germânica do século XIX – convencionalmente conhecida como escola histórica alemã – e a sua filiação e apropriação, por parte de Alexandre Herculano. Doellinger (*Elogio histórico de Alexandre Herculano...*, Lisboa, 1910 [1878], p. 21), Consiglieri Pedroso (*Alexandre Herculano...*, pp. 55-56) e, no século XX, Vitorino Nemésio e Albin Eduard Beau estabelecem paralelos entre as obras de Schaefer e de Herculano.

Dezasseis anos mais velho do que o português e formado em teologia – como Johan-Josef-Ignaz von Doellinger, o conhecido amigo alemão de Herculano – Schaefer constituiu uma referência de seriedade e objectividade científica para Herculano, cuja *História de Portugal*, publicada dez anos depois da do alemão, parece estabelecer uma resposta cabal à ausência de uma obra escrita por um autor português, que lhe seguisse e aprofundasse os passos de pioneiro. Tanto assim é que Herculano o cita e elogia em várias ocasiões, ao longo de mais de três décadas: em Outubro de 1843, nos *Apontamentos para a história dos bens da coroa*; nos dois primeiros tomos da *História de Portugal*, publicados em 1846 e 1847; e em 1875-1877, no texto *Da existência ou não existência do feudalismo...*

A propósito das questões centrais presentes na historiografia da época, Sérgio Campos Matos analisou detalhadamente as características da obra de Schaefer. O historiador alemão constituiu um marco importante na análise erudita e sólida de temáticas ainda polémicas no século XIX. Fortemente imbuído da tradição erudita germânica, nas áreas da filologia, das fontes literárias e jurídicas e das tradições populares, não surpreende que se distanciasse da tradição providencialista da batalha de Ourique, atribuindo a independência de Portugal às qualidades da sua elite nobliárquica (no que precedia Herculano). Em contrapartida, ao invés do historiador português, aceitava a autenticidade e a função de legitimação histórica das Cortes de Lamego. Schaefer valoriza figuras como os reis D. João I e D. Manuel, situando-as



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

em contexto. No tempo deste último monarca via prosperidade, mas também sintomas de decadência (consumo e luxo exagerados, aumento de preços e corrupção de costumes) e não hesitou em tecer uma apreciação crítica da administração de D. João V. Mostrava-se, contudo, cauteloso na caracterização humana de personalidades históricas (caso de D. Afonso Henriques). E valorizava a função social dos indivíduos na história – daí a atenção que concedia ao seu carácter.

Schaefer ainda hoje desperta respeito e interesse. Na sua época, a obra constituiu uma novidade, quando o interesse europeu por Portugal e a circulação de obras impressas escritas em português só muito lentamente progredia ou produzia resultados inovadores. Contudo, em 1922, Fidelino de Figueiredo invocava o argumento de que «A estrangeiros é sempre difícil compreender certos aspectos da vida nacional» e de que «a *História de Portugal* de Schaefer não tem actualidade científica e tornou-se de todo inaceitável em muitas das suas páginas» (Ruy d'Abreu Torres, «Schaefer, Henrique, in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, 1989, p. 500). Naturalmente que tal leitura tem de ser aceite com reservas, noventa anos depois, pois a análise historiográfica de uma obra só deve ser feita a partir dos recursos intelectuais do tempo do autor. Como vimos, Schaefer explicou que o seu acesso às fontes portuguesas era reduzido. Além disso, é necessário compreender que foi precisamente um dos primeiros desses «estrangeiros» que vieram enriquecer o conhecimento histórico português com ideias e conceitos diferentes e inovadores, lusitanistas e lusófilos dos quais podemos e devemos orgulhar-nos.

A própria história das edições francesa e portuguesa da *Geschichte von Portugal* é muito interessante, pois revela diferentes formas de receber e divulgar um trabalho historiográfico estrangeiro, resultando em diferentes produtos editoriais. O que, naturalmente, vai influenciar o modo como a posteridade avalia o valor de Schaefer enquanto historiador. Logo em finais de 1839, depois da publicação do segundo volume (o qual abarcava o período dos descobrimentos portugueses do século XV), já são detectáveis alguns sinais de impacto da obra de Schaefer junto de editores franceses e da comunidade intelectual portuguesa em Paris. Alguns factos dispersos provam-nos que, na capital francesa, um diplomata (o visconde da Carreira) e um historiador (o visconde de Santarém) se ocupavam de vários aspectos da edição em francês e em português da *Geschichte von Portugal*. A tradução portuguesa da obra estava a ser realizada pelo visconde da Carreira, representante diplomático em Paris, com notas e aditamentos de Santarém, segundo uma carta de 26 de Outubro de 1839, dirigida por Carreira a Joaquim José da Costa de Macedo, secretário da Academia das Ciências de Lisboa (Colecção Particular).

Numa outra carta de 28 de Fevereiro do ano seguinte, 1840, dirigida por Santarém ao seu sobrinho, o 8º conde da Ponte, informa-nos o primeiro que «Fiz mais de 150 notas e observações para as traduções portuguesa e francesa da *História de Portugal* escrita ultimamente em alemão por Schaefer» (Visconde de Santarém, *Correspondência...*, vol. VI, p. 46). A edição em francês sairia no decorrer desse ano e nela são visíveis anotações que eventualmente poderão ter sido produzidas por Santarém: por exemplo as que se referem a D. Duarte, às suas obras e à recensão que sobre a mesma fizera, anos antes, Cândido José Xavier. Sucede, porém, que tais anotações não estão assinaladas com sendo da autoria do português.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Tanto quanto se sabe, nunca chegou a ser impressa a edição portuguesa, parisiense, da obra de Schaefer.

A edição francesa do primeiro volume da *Geschichte von Portugal*, publicada em Paris em 1840 por Parent-Desbarres contém particularidades curiosas. A primeira, a de reunir num só volume o material dos dois primeiros volumes da edição alemã (que abarcava o período de 1095 a 1495), deixando de fora, porém, o reinado de D. João II (1481-95). A segunda, a inclusão de uma nota da autoria do visconde de Santarém, respeitante à importantíssima localização do manuscrito da *Crónica da Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara. A terceira, o facto de prescindir dos prefácios originais. A última, a má qualidade da tradução (por Soulange-Bodin), que seria acusada pouco cuidada.

Um dos críticos da tradução francesa foi o eminente historiador luso-brasileiro Varnhagen, filho de pai alemão, que no início da década de 1840 integrava a representação diplomática do Brasil em Lisboa. Coube-lhe fazer a recensão da edição francesa de Parent-Desbarres, traduzida por Soulange-Bodin, nas páginas da prestigiada *Revista Universal Lisbonense*, no número 2, datado de 7 de Outubro de 1841. No seu texto, Varnhagen elogia, por um lado, a nova forma de fazer história de Schaefer, narrativa e fundamentada em fontes, própria do espírito alemão e longe do que considera ser o filosofismo de Guizot. Mas, por outro, critica a qualidade da tradução (admitindo-se conheceria suficientemente a língua alemã para chegar a tais ilacções) e a falta de rigor na linguagem empregue nas notas.

Assinale-se, por outro lado, que vários editores (entre eles Parent-Desbarres) reincidiram nessa estratégia comercial, reimprimindo a obra com grande regularidade nos anos consecutivos de 1844, 1845 e 1846, sempre contendo a referência, no título, à nota do visconde de Santarém – mesmo quando a *Crónica da Guiné* já estava impressa e quando as palavras de Santarém haviam sido retiradas do texto. Em 1858, dois anos depois do falecimento do autor português, nova reimpressão mantém tais características. Note-se que, tanto quanto se sabe, a *Geschichte von Portugal* nunca conheceu edição integral em França. O que existiram foram acrescentos por parte dos editores franceses, sempre espúrios face aos escritos do autor alemão. Ainda em 1840 saíria, em Paris, uma outra edição francesa da obra, adaptada por Jean Lacroix de Marlès e também publicada por Parent-Desbarres, a qual consiste num resumo e numa *continuação* do texto alemão, por parte do primeiro: a *Histoire de Portugal, d'apres la grande histoire de Schaeffer [sic], et continuée jusqu'à nous jours...* Edição provavelmente pensada para um público menos interessado no aparato crítico e na erudição, em 288 páginas e praticamente despojada de anotações (mesmo as do original alemão), acaba por resultar num produto historiográfico sem grande qualidade. A abrangência cronológica, essa, é desfasada das edições de Hamburgo e de Paris: Marlès não só a estendeu ao período de 1495 a 1585 (capítulos VIII e IX), como resumiu em cerca de quinze páginas os acontecimentos históricos portugueses ocorridos de 1585 até à queda do primeiro cartismo, em 1836 (capítulo X). O que não impediu a obra de conhecer pelo menos seis novas reimpressões, em vida (1853, 1856, 1860 e 1867) e depois da morte de Schaefer, ocorrida em 1869.

Também a *Histoire de Portugal, depuis sa séparation de la Castille jusqu'à nous jours...* conheceu, desde pelo menos a reimpressão de 1845, um desenvolvido capítulo final, contendo informação dos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

acontecimentos históricos ocorridos entre 1481 a 1836, divididos de forma desigual. Pelo entusiasmo que terão despertado as traduções e adaptações francesas da obra de Schaefer, logo em 1842 é iniciada a edição portuguesa, em três volumes (sobre o período de 1095 a 1433), com um quarto volume publicado em 1843 (até 1481): isto é, respeitando a restrição cronológica da edição de Parent-Desbarres de 1840, traduzida a partir do alemão por Soulangue-Bodin. A tradução portuguesa do texto foi da responsabilidade de José Lourenço Domingues de Mendonça, à época, empregado na Contadoria do Hospital de São José, o qual chegou a chefe de repartição de contabilidade na empresa dos caminhos-de-ferro do Norte (Luís Reis Torgal, «A história de Portugal vista de fora», in *Op. cit.*, p. 347). Porém, também neste caso a qualidade da tradução parece ter desagradado sobremaneira ao público leitor, pelo menos a ajuizar pelas críticas surgidas na imprensa, de novo na *Revista Universal Lisbonense* (no nº 27 dessa publicação, datado de 27 de Abril de 1842, em artigo assinado por M.L. Nunes Mascarenhas, a pp. 323-24). Terminava este por afirmar que uma tradução alternativa estaria a ser concluída, a partir «do próprio original alemão». Quem seria tal tradutor: Varnhagen?

Inocêncio Francisco da Silva descreve-nos exaustivamente a tradução da obra que, entre 1842 e 1843, José Lourenço Domingues de Mendonça publicou sob o título de *História de Portugal desde o começo da monarquia em 1095 até à época actual...* Nos quatro volumes que a constituem, o número de materiais da autoria do tradutor é avultadíssimo, chegando a somar mais de quinhentas páginas. Porém, os volumes seguintes, V a XIII, conhecem já novo título, que legitima a co-autoria assumida por Domingues de Mendonça, enquanto adaptador da obra para português e compilador de materiais históricos que julgava virem a propósito do que Schaefer escrevera: *História de Portugal desde o começo do reinado de D. João II (1481) até à actualidade: para servir de continuação à tradução da do dr. Henrique Schoeffer [sic], organizada por...* Trata-se, pois, de um trabalho completamente diferente, no qual os textos são exclusivamente do autor português. O volume IX, publicado em 1846, é dedicado à Inquisição. No ano seguinte, 1847, a obra é interrompida no final do reinado de D. Pedro II (1706), por razões financeiras. Inocêncio lamenta o facto, considerando que, se terminada, aquela «ficaria sendo, ao menos, um vasto e bem provido armazém, ou repositório de factos e documentos, inéditos uns, e pouco sabidos outros», correctamente apelidando Domingues de Mendonça como «compilador» desses materiais (Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português...*, tomo IV, 1860, pp. 423-24).

Comparando as traduções das edições de 1842-43 (parcial) com a de 1893-1899 (integral) da obra de Heinrich Schaefer, as discrepâncias não aparentam ser tão gritantes quanto já foi afirmado. Parece tratar-se, sobretudo, de conceitos diferentes de tradução: uma livre e popular, a partir do francês; outra fiel e científica, a partir do alemão. A própria preparação cultural dos dois tradutores, bem como o cuidado editorial na impressão e calendarização das duas edições, explicarão o porquê dessas diferenças. A edição portuguesa de finais do século XIX, tão elogiada e tida, de uma forma geral, como reproduzindo textualmente a edição alemã original, acaba por não concretizar tão louvável desígnio. Assim, percorrendo os vários volumes da dita edição, que corre com o título de *História de Portugal desde a fundação da*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

monarquia até à revolução de 1820. Vertida fiel, integral e directamente por F. de Assis Lopes. Continuada, sob o mesmo plano, até aos nossos dias, por J. Pereira de Sampaio Bruno, é visível que os prefácios originais de Schaefer, ao invés de serem reproduzidos – como seria lógico e natural – no início de cada volume português, são remetidos para o volume final da edição. Além disso, não existe correspondência directa total entre os tomos da edição original alemã e o que se esperaria ser a edição portuguesa crítica e definitiva. Temos, assim, por vezes, a heterodoxa divisão de matérias sem uma relação directa com períodos históricos específicos e fáceis de compreender: vols. I, 1893, 1095-1383; II, 1893, 1383-1495; III, 1895, 1481/95-1580 (incluindo a Índia portuguesa, 1528/1538); IV, 1898, 1580-1750 (incluindo a restante análise da Índia portuguesa, de 1528/1538 a 1580); V, 1899, 1750-1820. Neste último volume estão incluídos, em bloco, os prefácios de Schaefer aos quatro volumes da edição original, a pp. 449-67. Lamente-se também o facto de que volumes intitulados VI e VII, publicados até 1926 pela Casa Editorial A. Figueirinhas, tenham sido aproveitados para uma nova continuação da obra original de Schaefer, agora estendida até 1910, com recurso a leituras integralistas do passado português por parte do autor, José Agostinho. Trata-se de um procedimento que não é inédito na época.

Em conclusão, a *Geschichte von Portugal* de Heinrich Schaefer parece constituir o mais completo e perfeito exemplo, na primeira metade do século XIX, de uma historiografia científica dedicada ao passado português em toda a extensão da sua monarquia pluridinástica. Pela sua dimensão; pela sua metodologia e erudição; pelo facto de ter sido terminada (ao contrário da de Alexandre Herculano, por exemplo) ou de não se limitar a um único volume nem ser resumo histórico ou versão popular de factos históricos, a obra de Schaefer deve ser considerada pioneira num século XIX português em que se acumularam muitos projectos editoriais e científicos votados quer ao esquecimento, quer a um fim prematuro. Apesar de nunca reproduzida como *documento fac-similado*, a *Geschichte von Portugal* de Schaefer destaca-se como o mais sólido projecto de um só autor não português em todo o século XIX, pelo menos entre obras com a mesmas características de erudição para um público letrado e académico. Nas palavras de Oliveira Marques, a sua «mera utilidade histórica» não deve obliterar a «consciência de ter sido um marco miliário na historiografia, tanto estrangeira quanto portuguesa, virada para o passado de Portugal» (*Op. cit.*, p. 70).

Bibliografia activa: *Geschichte von Portugal von Dr...*, 5 vols., Hamburgo (com excepção do último volume, em Gotha), Bei Friedrich Perthes, 1836-1854; *Histoire de Portugal, depuis sa séparation de la Castille jusqu'à nos jours. Par M..... Traduite de l'allemand par M. Henri Soulange-Bodin. Avec une note sur la Chronique Inédite de la Conquête de Guinée, donné par M. le Vicomte de Santarem, tome premier*, Paris, Parent-Desbarres, Éditeur, 1840 (as edições de 1844, 1845 e 1846 foram publicadas por Imprimerie de Plon Frères e a de 1858 por Adolphe Delahays, Libraire-Éditeur); *Histoire de Portugal, d'après la grande histoire de Schaeffer [sic], et continuée jusqu'à nos jours. Par M. de Marlès, continuateur de Lingard*, Paris, Parent-Desbarres Éditeur, 1840 (com outras reimpressões em 1853, 1856, 1860, 1867, 1876 e 1877); *História de Portugal desde o começo da monarquia em 1095 até à época actual... e vertida deste idioma [francês] para*

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

o português por José Lourenço Domingues de Mendonça, 4 vols., 1842-1847; História de Portugal desde a fundação da monarquia até à revolução de 1820. Vertida fiel, integral e directamente por F. de Assis Lopes. Continuada, sob o mesmo plano, até aos nossos dias, por J. Pereira de Sampaio Bruno, 5 vols., Porto, Escritório da Empresa Editora, 1893-1899.

Bibliografia passiva: Albin Eduard Beau, *Estudos*, vol. II, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1964, pp. 193-224; Fernando Catroga, «Alexandre Herculano e o historicismo romântico», in Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal (Séculos XIX e XX)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 39 e ss.; Fidelino de Figueiredo, *História de Portugal por...*, Coimbra, Editor Fortunato de Almeida, tomo I, 1922, pp. V e ss.; Jorges Borges de Macedo, *Da História ao Documento. Do Documento à História*, Lisboa, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1995; António Henrique de Oliveira Marques, «Henrich Schäfer e a sua História de Portugal», in A. H. de Oliveira Marques, Alfred Opitz e Fernando Clara (coord.), *Portugal-Alemanha-África. Do imperialismo Colonial ao Imperialismo Político* (Actas do IV Encontro Luso-Alemão), Lisboa, Edições Colibri, 1996, pp. 63-70; Sérgio Campos Matos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998; Vitorino Nemésio, *A Mocidade de Herculano*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, ed. de 2003 (1ª ed. 1932), pp. 318-19, n. 195; Inocêncio Francisco da Silva e Pedro Venceslau Brito Aranha, *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de...*, tomos IV e XIII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860 e 1885; Luís Reis Torgal, «A história de Portugal vista de fora», in Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal (séculos XIX-XX)*, *Op. Cit.*, pp. 345 e ss.; Ruy d'Abreu Torres, «Schaefer, Henrique (1794-1868)», in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1989 (2ª ed.; 1ª ed. 1975-1978), p. 500; Francisco Adolfo de Varnhagen, in *Revista Universal Lisbonense*, nº 2, 7 de Outubro de 1841, pp. 23-24.

O autor agradece à Biblioteca João Paulo II, da Universidade Católica de Lisboa, todas as facilidades concedidas no acesso às edições alemã, francesa e portuguesas da obra de Schaefer, existentes nas colecções António Sardinha, Campos Pereira e Martins de Carvalho.

Daniel Estudante Protásio



APOIOS:

